



CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

TARDE

P2 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

ATENÇÃO

Sr. candidato,

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA .
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Contabilidade Governamental e Administração Financeira e Orçamentária	01 a 10
Auditoria	11 a 25
Controle Interno e Gestão de Riscos	26 a 40
Tecnologia da Informação	41 a 50
Matemática Financeira e Noções de Economia	51 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“A eternidade é um relógio sem ponteiros”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material incolor e transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

01. O balanço financeiro de uma prefeitura, elaborado em 31/12/2014, apresentava a seguinte estrutura (valores em R\$):

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
<u>Receitas Orçamentárias</u>		<u>Despesas Orçamentárias</u>	
Ordinárias	35.000	Ordinárias	32.000
Vinculadas	11.000	Vinculadas	10.000
<u>Recebimentos Extraorçamentários</u>		<u>Transferências Financeiras</u>	
Restos a Pagar Inscritos	2.500	<u>Concedidas</u>	3.000
Consignações e Retenções	1.000	<u>Pagamentos Extraorçamentários</u>	
Valores Restituíveis	1.000	Restos a Pagar Pagos	1.000
		Valores Restituíveis	500
<u>Saldo Inicial</u>		<u>Saldo Final</u>	
Caixa e Equivalente de Caixa	2.700	Caixa e Equivalente de Caixa	6.700
TOTAL	53.200	TOTAL	53.200

Com base nesses dados, pode-se concluir que o valor das despesas pagas do exercício foi igual a:

- (A) R\$ 46.500,00
- (B) R\$ 39.500,00
- (C) R\$ 41.000,00
- (D) R\$ 43.500,00

02. Em 31/12/2014, uma prefeitura, para elaborar o balanço patrimonial, utilizou-se das seguintes contas com seus respectivos saldos constantes do balanço de verificação, depois de efetuados todos os ajustes necessários (valores em R\$):

Caixa e Equivalente de Caixa (F).....	20.000
Fornecedores e Contas a Pagar (F).....	6.000
Pessoal e Encargos a Pagar (F).....	5.000
Investimento (P).....	6.000
Estoques (P).....	4.000
Créditos a Receber a Curto Prazo (P).....	2.000
Empréstimos Obtidos a Longo Prazo (P).....	26.500
Empréstimos Obtidos a Curto Prazo (P).....	2.000
Resultado Acumulado.....	16.500
Imobilizado (P).....	22.000
Intangível (P).....	2.000

Em consequência da execução orçamentária do exercício, em 31/12, também foram observados, entre outros, os seguintes saldos das contas do subsistema orçamentário:

Créditos Empenhados a Liquidar.....	2.500
Créditos Empenhados em Liquidação.....	1.000

No balanço patrimonial elaborado em 31/12/2014, pode-se afirmar que o montante do superávit financeiro correspondia a:

- (A) R\$ 13.000,00
- (B) R\$ 9.000,00
- (C) R\$ 5.500,00
- (D) R\$ 6.500,00

03. De acordo com as normas aplicadas ao setor público, um determinado município ao elaborar o balanço patrimonial consolidado, deverá excluir, no processo de consolidação, todas as contas cujo dígito do quinto nível da sua estrutura – x.x.x.x.X.xx.xx – seja representado pelo seguinte número:

- (A) 2 (dois)
- (B) 1 (um)
- (C) 3 (três)
- (D) 4 (quatro)

04. As despesas realizadas por uma prefeitura, no exercício financeiro, referentes às aquisições de ativo não circulante, por ocasião da elaboração do quadro principal da Demonstração de Fluxo de Caixa, pelo método direto, deverão constar como elemento na apuração do fluxo líquido de caixa da seguinte atividade:

- (A) de financiamentos
- (B) de investimentos
- (C) das operações
- (D) de planejamento

05. Durante o exercício financeiro de 2014, uma prefeitura realizou as seguintes transações: (valores em R\$)

Reconhecimento de créditos tributários.....	22.000
Arrecadação de outras receitas correntes não tributárias.....	14.000
Recebimentos de créditos tributários.....	16.000
Aquisição de mobiliários.....	4.000
Amortização de operações de crédito internas.....	12.000
Pagamento de pessoal e encargos.....	16.000
Alienação de bens móveis.....	6.000
Aquisição de um imóvel.....	16.000
Recebimentos de dividendo de empresas controladas.....	3.200
Apropriação de bens doados por terceiros.....	1.600

Com base nessas informações, pode-se afirmar que o montante das Variações Patrimoniais Aumentativas correspondeu a:

- (A) R\$ 56.800,00
- (B) R\$ 34.800,00
- (C) R\$ 40.800,00
- (D) R\$ 50.800,00

06. Com base nas normas vigentes aplicadas à classificação orçamentária da receita, dentre as fontes de recursos que podem ser previstas na Lei Orçamentária Anual e arrecadadas durante o exercício financeiro, aquela que **NÃO** é classificada, quanto à categoria econômica, como receita corrente é:

- (A) dividendos de empresas controladas
- (B) alienação de bens móveis
- (C) alienações de títulos mobiliários
- (D) rendimentos de aplicação financeira

07. Em 31/12/2014, uma unidade orçamentária elaborou o seguinte demonstrativo referente à sua execução orçamentária da despesa: (valores em R\$)

Rubrica	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal	15.000	14.500	14.500	14.500
Juros e Encargos da Dívida	12.000	12.000	12.000	12.000
Aquisição de Bens Móveis	15.000	15.000	14.000	13.500
Amortização da Dívida Contraída	16.000	14.500	14.500	14.500
Serviços de Terceiros	13.000	12.500	12.000	11.500

Com base nas normas vigentes, o montante executado correspondente às despesas efetivas no exercício foi igual a:

- (A) R\$ 66.000,00
 (B) R\$ 38.500,00
 (C) R\$ 68.500,00
 (D) R\$ 39.000,00
08. Os recursos recebidos pelos entes da Federação, necessários à efetivação das políticas públicas por meio dos programas de governo estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, são denominados de receitas orçamentárias. De acordo com as normas vigentes, quanto às suas classificações, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado são considerados transferências correntes, desde que haja contraprestação direta de bens e serviços
 (B) os ingressos provenientes de rendimentos sobre o ativo permanente são classificados na categoria econômica de receitas correntes
 (C) a transferência de recursos intergovernamentais podem constituir, para o ente beneficiário, receitas correntes ou receitas de capital
 (D) as receitas intraorçamentárias se contrapõem às despesas intraorçamentárias e se referem a operações entre órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social da mesma esfera de governo
09. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, aplicada a todos os entes da Federação e, no âmbito de cada um deles, suas regras devem ser observadas por todos os Poderes e órgãos constitucionais. Das assertivas abaixo, aquela que corresponde, corretamente, a um dispositivo disciplinado a ser cumprido é:
- (A) se verificado ao final de um quadrimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento às metas de resultados primário ou nominal estabelecidos, deverão ser promovidas limitação de empenho e movimentação financeira
 (B) havendo restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados, deve ser realizada de forma proporcional às reduções efetivadas
 (C) se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um trimestre, o ente deve conduzir a dívida ao seu limite até o final do 3º trimestre subsequente
 (D) até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, os poderes executivo, legislativo e judiciário deverão demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes, respectivamente, a cada quadrimestre

10. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida no direito financeiro brasileiro pela Constituição Federal de 1988, tornando-se a partir de então, o elo entre o PPA e a LOA. Acerca dos dispositivos, estrutura e composição do referido diploma legal, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) dispõe sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento
 (B) consiste no meio apropriado para a concessão de subsídios ou isenções a vigorar no exercício subsequente, por orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual
 (C) apresenta as metas fiscais para o exercício a que se referir e para os dois seguintes e deve, também, incluir a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior
 (D) deve conter anexo no qual sejam avaliados os passivos contingenciados e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

AUDITORIA

11. É possível o parcelamento de diversos tipos de obras usualmente contratadas pelo poder público. Contudo, **NÃO** é recomendável o parcelamento para o seguinte tipo de obra:
- (A) canais e irrigação
 (B) dragagem e derrocagem
 (C) portos
 (D) ferrovias
12. Em se tratando de obras públicas, um projeto que deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável o registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como a identificação do autor e sua assinatura em cada peça gráfica e documento técnico, é do tipo:
- (A) executivo
 (B) de obras
 (C) básico
 (D) de licitação
13. Ao final de um trabalho, o auditor interno de uma autarquia deixou de divulgar fatos materiais de seu conhecimento, distorcendo o relatório de auditoria apresentado. Considerando o Código de Ética do Auditor Interno do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, o princípio infringido foi:
- (A) objetividade
 (B) integridade
 (C) integralidade
 (D) equidade
14. De acordo com o Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI, o conjunto de órgãos, funções e atividades, articulado por um órgão central de coordenação, orientado para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição e normatizadas em cada Poder e esfera de governo denomina-se:
- (A) controladoria
 (B) sistema de controle externo
 (C) sistema de controle interno
 (D) sistema de controle social

15. Auditores elaboram papéis de trabalho (PT) de modo a suportar todo o trabalho desenvolvido. Nesse contexto, o PT que registra o resumo ou a síntese do trabalho realizado em determinada área denomina-se:
- (A) folha resumo
 - (B) folha síntese
 - (C) folha subsidiária
 - (D) folha mestra
16. As equipes de auditoria podem coletar dados, nos órgãos cujas contas anuais estão examinando, por meio de entrevistas, questionários e formulários. Nesse sentido, alguns aspectos devem ser observados em termos da linguagem a ser empregada em tais instrumentos, pois esta deve ser:
- (A) sempre rebuscada
 - (B) compatível com o público-alvo
 - (C) compatível com os jargões da área de auditoria
 - (D) simples
17. Ao iniciar o trabalho, a equipe de auditoria deve apresentar um documento, prioritariamente, ao responsável pelo órgão, secretário/presidente, ou a quem ele designar. Trata-se de:
- (A) portaria emitida pelo controlador geral
 - (B) ordem de serviço de planejamento
 - (C) ordem de execução
 - (D) decreto emitido pelo Prefeito
18. Os papéis de trabalho são identificados por meio de código alfabético ou alfanumérico. Considerando o Manual de Auditoria da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, as folhas subsidiárias de nível 1 são codificadas com:
- (A) código alfabético, com letra maiúscula
 - (B) código alfanumérico, com letra minúscula
 - (C) código alfanumérico, com letra maiúscula
 - (D) código alfabético, com letra minúscula
19. A amostragem que se baseia em critérios pessoais decorrentes da experiência profissional do auditor e do seu conhecimento do setor em exame, é do tipo:
- (A) probabilística sistemática
 - (B) probabilística casual
 - (C) probabilística estratificada
 - (D) não probabilística
20. Os papéis de trabalho de auditoria podem ser de natureza corrente e permanente. É um exemplo de papel com natureza corrente:
- (A) revisão analítica
 - (B) estatuto social
 - (C) manuais de procedimentos internos
 - (D) legislação específica aplicável à empresa auditada
21. É a prova, ou o conjunto de provas coletadas que permite formar convicção acerca do objeto auditado e, assim, subsidiar a emissão de opinião:
- (A) relatório de auditoria
 - (B) evidência de auditoria
 - (C) certificado de auditoria
 - (D) fraude e erro
22. O Parecer do Relatório de Gestão, segundo o Manual de Auditoria da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, serve de base para a emissão do certificado, portanto a opinião que nele consta já deve deixar claro o tipo de certificado que será emitido. Nesse contexto, deve ser emitido, para os casos em que os exames realizados comprovem que o objeto auditado está adequado e/ou de acordo com as normas legais em vigor, o seguinte tipo de certificado:
- (A) pleno
 - (B) negativa de opinião
 - (C) com ressalva
 - (D) adverso
23. Em auditoria, o termo que significa verificar se a fragilidade (ou achado) ainda persiste após algum tempo da emissão do relatório de auditoria é:
- (A) *tie in*
 - (B) *walkthrough*
 - (C) *follow-up*
 - (D) *monitoring*
24. A Administração Pública deve realizar avaliações periódicas da qualidade das obras, após seu recebimento, no máximo a cada:
- (A) dez meses, permanecendo tal controle até o término do prazo de garantia quinquenal
 - (B) doze meses, permanecendo tal controle até o término do prazo de garantia quinquenal
 - (C) doze meses, permanecendo tal controle até o término do prazo de garantia trienal
 - (D) dez meses, permanecendo tal controle até o término do prazo de garantia trienal
25. Segundo o Manual de Auditoria da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, a extensão do teste de auditoria se obtém a partir da relação entre importância do processo e eficácia do controle interno. Desse modo, considerando uma importância do processo moderada e eficácia do controle interno adequada, a extensão do teste de auditoria será:
- (A) alta
 - (B) baixa
 - (C) moderada a baixa
 - (D) moderada

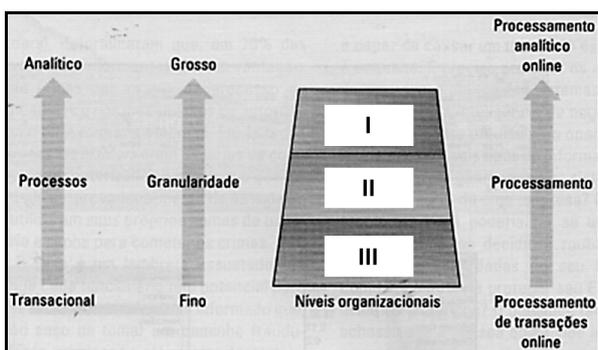
CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

26. Nos termos da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno tendo como uma das finalidades avaliar o cumprimento das metas previstas:
- (A) no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União
 - (B) na Lei Orçamentária e a execução dos procedimentos de governo
 - (C) na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a execução dos procedimentos de governo
 - (D) no Plano Plurianual, a execução dos procedimentos de governo e dos orçamentos dos Estados
27. Segundo o COSO, a estrutura que abrange o órgão deliberativo, como conselho de administração, conselho consultivo, sócios, proprietários ou conselho supervisor é a de:
- (A) governabilidade
 - (B) controle interno
 - (C) governança
 - (D) controle de gestão
28. O gerenciamento de riscos corporativos é:
- (A) conduzido pelos profissionais apenas em nível de alta administração
 - (B) capaz de propiciar garantia total para o conselho de administração e a diretoria executiva de uma organização
 - (C) um processo de início, meio e fim
 - (D) aplicado em toda a organização, em todos os níveis e unidades
29. A possibilidade de que um evento ocorra e influencie favoravelmente a realização dos objetivos de uma organização constitui:
- (A) um ponto forte
 - (B) uma oportunidade
 - (C) uma ameaça
 - (D) uma congruência
30. É o meio pelo qual as informações são transmitidas para a organização, fluindo em todas as direções da entidade:
- (A) ambiente de controle
 - (B) monitoramento
 - (C) comunicação
 - (D) comunicação interna
31. Conforme a NBC T 16.8, o controle interno é classificado em:
- (A) operacional, contábil e administrativo
 - (B) contábil, administrativo e normativo
 - (C) operacional, contábil e normativo
 - (D) técnico, contábil e administrativo
32. Um componente do controle interno está relacionado aos procedimentos adotados no dia a dia de uma organização empresarial ou pública, que estabelecem os caminhos e os meios de comparação e julgamento para se chegar a determinado fim, mesmo que não sejam preestabelecidos de maneira formal, por meio de normas, manuais de serviços, rotinas, entre outros. Trata-se do componente denominado:
- (A) proteção do patrimônio
 - (B) eficiência operacional
 - (C) métodos e medidas
 - (D) plano de organização
33. Nos termos do COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos, existe um relacionamento direto entre os objetivos que uma organização se empenha em alcançar e os componentes do gerenciamento de riscos corporativos, que representam aquilo que é necessário para o seu alcance. O número de componentes de gerenciamento de riscos é:
- (A) quatro
 - (B) cinco
 - (C) sete
 - (D) oito
34. Com base nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI, a função do controle interno que tem por finalidade orientar e acompanhar a gestão governamental, para subsidiar a tomada de decisões a partir da geração de informações, de maneira a garantir a melhoria contínua da qualidade do gasto público, é denominada:
- (A) auditoria governamental
 - (B) ouvidoria
 - (C) controladoria
 - (D) corregedoria
35. Em termos de estrutura de governança, é responsável pelo controle interno:
- (A) o controlador geral
 - (B) a alta administração
 - (C) os auditores internos
 - (D) a alta governança
36. O órgão central do sistema de controle interno de um município deve ser criado por ato administrativo que contém, geralmente, informações sobre a estrutura, a criação de cargos com os respectivos fins, entre outras. Esse ato administrativo consiste em:
- (A) lei
 - (B) decreto
 - (C) portaria do prefeito
 - (D) instrução normativa
37. Prestar contas é um dos princípios das boas práticas:
- (A) da governabilidade pública
 - (B) da governança corporativa
 - (C) da avaliação de riscos prevista no COSO
 - (D) do sistema de auditoria

38. O resultado econômico das entidades públicas se apresenta como um novo paradigma para o *controller* de entidades públicas. Atualmente, não basta informar o quanto o ente arrecadou e como gastou, é preciso mostrar quais e quantos foram os serviços prestados, qual o seu preço de mercado, se a entidade está produzindo lucro ou prejuízo econômico. Nesse sentido, a sociedade está ávida por informações que minimizem, entre ela e o Estado:
- (A) o problema de moral
(B) a teoria do agenciado
(C) a assimetria informacional
(D) o impacto do agente
39. Segundo a Lei nº 4.320/64, compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade:
- (A) gestora
(B) orçamentária
(C) administrativa
(D) corporativa
40. O processo de planejamento nos municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes tem início com o plano diretor, seguido do plano de governo e outros. Poucos dão atenção ao plano de governo dos candidatos a prefeito em suas campanhas eleitorais. Contudo, é nele que estão as ações que irão compor o:
- (A) plano diretor de longo prazo
(B) plano de investimentos
(C) plano de diretrizes orçamentárias
(D) plano plurianual

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

41. A figura abaixo oferece uma visão empresarial da informação e da tecnologia da informação.



Os níveis organizacionais I, II e III indicados na figura são denominados, respectivamente:

- (A) executivos, analistas e gerentes
(B) gerentes, analistas e executivos
(C) executivos, gerentes e analistas
(D) gerentes, executivos e analistas

42. No contexto da Tecnologia da Informação, um tipo de gerenciamento integra todos os processos de negócios de uma organização para tornar os processos individuais mais eficientes, não somente melhorando a eficácia de execução, como também fornecendo as ferramentas para medir o desempenho e identificar oportunidades de melhoria. Esse tipo de gerenciamento é conhecido pela sigla:
- (A) CRM
(B) KMS
(C) SCM
(D) BPM
43. No que diz respeito à Segurança da Informação, um termo é utilizado para referenciar o *software* que vem escondido em outro grátis para *download* e que controla os movimentos *online*, explora as informações armazenadas em um computador, ou utiliza a CPU e a memória para alguma tarefa da qual o usuário não tem conhecimento algum. Esse termo é:
- (A) *hoax*
(B) *cookie*
(C) *spyware*
(D) *spoofing*
44. Além da impressão propriamente dita, as impressoras multifuncionais 3 X 1 incorporam outras duas funções básicas, que são:
- (A) fotocopadora e *plotter*
(B) fotocopadora e *scanner*
(C) *webcam* e *scanner*
(D) *webcam* e *plotter*

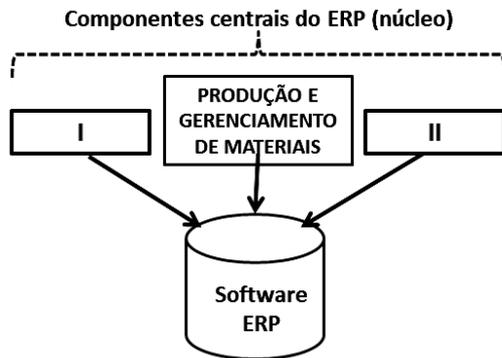
45. No *Windows 7 BR*, os atalhos de teclado  +



devem ser executados, respectivamente, com as seguintes finalidades:

- (A) acessar a central de rede e alternar o acesso a programas
(B) abrir a janela do gerenciador de pastas e arquivos e alternar o acesso a programas
(C) abrir a janela do gerenciador de pastas e modificar a resolução de imagem do monitor de vídeo
(D) acessar a central de rede e modificar a resolução de imagem do monitor de vídeo

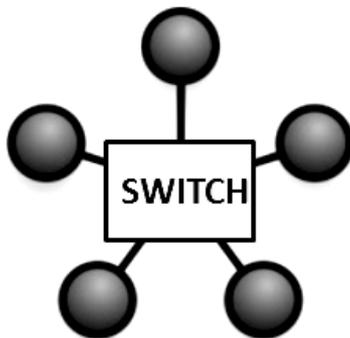
46. O planejamento de recursos empresariais, representado pela sigla ERP, integra todos os departamentos e funções da organização em um número de sistemas de TI, para que os funcionários possam tomar decisões nas operações de negócios.



Nesse contexto, a observação da figura acima permite concluir que os componentes I e II são, respectivamente:

- (A) CONTABILIDADE E FINANÇAS e RECURSOS HUMANOS
- (B) RECURSOS HUMANOS e GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS
- (C) GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS e MARKETING E E-COMMERCE
- (D) MARKETING E E-COMMERCE e CONTABILIDADE E FINANÇAS

47. A figura abaixo mostra a topologia utilizada por uma rede de computadores.



Do ponto de vista físico, essa topologia é conhecida por:

- (A) anel
(B) estrela
(C) malha
(D) barramento

48. Um Técnico de Controle da CGM digitou o texto mostrado abaixo, no Word 2010 BR.

CGM

O *Rio de Janeiro* foi o primeiro município brasileiro a ter um órgão dedicado exclusivamente ao controle interno. A *Controladoria Geral do Município*, criada em dezembro de 1993 pela Lei nº 2.068, sendo alterada pela Lei nº 4.015 e Lei nº 4.814, tem como funções principais exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

Foram realizados os procedimentos descritos a seguir:

CGM

- No texto, a sigla *CGM* foi criada por meio de um recurso que gera um efeito artístico.
- À citação *Controladoria Geral do Município* foi aplicado um estilo disponível no editor.
- Ao texto foi aplicado um tipo de alinhamento.

Nessas condições, os recursos que geram o efeito artístico, o estilo e o tipo de alinhamento denominam-se, respectivamente:

- (A) WordArt, courier e centralizado
(B) FontArt, courier e justificado
(C) FontArt, itálico e centralizado
(D) WordArt, itálico e justificado

49. A planilha abaixo foi criada no Excel 2010 BR.

	A	B	C	D	E	F
1	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO - 2015					
2						
3	CGM - RIO DE JANEIRO / LICITAÇÃO					
4						
5		EMPRESA - R\$			Menor	EMPRESA
6		INFO	GLOB	QUALY	Preço	VENCEDORA
7	A1 - RESMA DE PAPEL A4	14,00	13,00	15,00	13,00	GLOB
8	A2 - NOTEBOOK I7 8GB 1TB	2.001,00	2.299,00	1.999,00	1.999,00	QUALY
9	A3 - PENDRIVE 16 GB	29,00	31,00	37,00	29,00	INFO
10						
11	TOTAL				R\$ 2.041,00	

Foram realizados os procedimentos descritos a seguir:

- Em E7, E8 e E9, foi utilizada a função MÍNIMO para determinar o menor preço entre as cotações das empresas fornecedoras.
- Em F7, foi inserida a expressão =SE(E7=B7;\$B\$6;SE(E7=C7;\$C\$6;\$D\$6)), que emprega o conceito de referência absoluta com base no menor preço apurado. Essa célula foi copiada para F8 e F9, por meio dos atalhos Ctrl + C e Ctrl + V.
- Em E11, é mostrado o valor total da licitação, resultante da soma das células E7, E8 e E9.

Nessas condições, foram inseridas nas células E9 e E11, respectivamente, as seguintes expressões:

- (A) =SE(E9=B9;\$B\$6;SE(E9=C9;\$C\$6;\$D\$6)) e
=SOMA(E7;E9)
- (B) =SE(E9=B9;\$B\$6;SE(E9=D9;\$C\$6;\$D\$6)) e
=SOMA(E7;E9)
- (C) =SE(E9=B9;\$B\$6;SE(E9=C9;\$C\$6;\$D\$6)) e
=SOMA(E7;E9)
- (D) =SE(E9=B9;\$B\$6;SE(E9=D9;\$C\$6;\$D\$6)) e
=SOMA(E7;E9)

50. Para acessar o *site* da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro por meio do *browser Firefox Mozilla*, um Técnico de Controle digitou a URL <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm> no espaço destinado a essa finalidade, indicado na figura abaixo, e pressionou a tecla Enter.



A URL foi digitada em um recurso do *browser* conhecido por barra de:

- (A) navegação ou endereços
- (B) endereços ou menus
- (C) menus ou favoritos
- (D) favoritos ou navegação

MATEMÁTICA FINANCEIRA E NOÇÕES DE ECONOMIA

51. Um ganhador da loteria deseja obter uma renda perpétua mensal de R\$ 8.000,00, aplicando o prêmio em uma caderneta de poupança que rende uma taxa mensal de 0,5% ao mês. Considerando-se a primeira retirada um mês após a aplicação, o valor mínimo do prêmio para que as condições acima sejam atendidas é de:
- (A) R\$ 160.000,00
 - (B) R\$ 400.000,00
 - (C) R\$ 1.600.000,00
 - (D) R\$ 4.000.000,00
52. No ano de 2015, um produto que custava P sofreu dois aumentos consecutivos de 10%, um em abril e outro em maio. Já nos meses de junho e julho, o preço do produto sofreu dois descontos consecutivos de 10%, um em cada mês, passando a custar V. Em relação a P, o custo V é:
- (A) 1% menor
 - (B) 1,99% menor
 - (C) 3% maior
 - (D) 98,01% maior

Os valores que seguem devem ser usados, quando necessário, para resolver as questões 53, 54 e 55.

$$1,05^2 = 1,1025 \quad 1,05^3 = 1,1576 \quad 1,05^4 = 1,2155$$

53. Rui comprará uma TV de R\$ 4.000,00, dando 25% de entrada no ato da compra e o restante em duas prestações mensais iguais. A primeira dessas prestações será paga um mês após a compra e a segunda, dois meses após a compra. Admita-se que, nessa transação comercial, a loja cobra juros de 5% ao mês. O valor de cada prestação mensal corresponde a:
- (A) R\$ 1.248,15
 - (B) R\$ 1.421,18
 - (C) R\$ 1.613,41
 - (D) R\$ 1.824,27
54. Certa aplicação possui uma taxa nominal de 20% ao ano, capitalizada trimestralmente. A taxa efetiva anual equivalente a essa taxa nominal é de aproximadamente:
- (A) 5%
 - (B) 12%
 - (C) 22%
 - (D) 30%
55. Um empresário pegou, em fevereiro de 2015, um empréstimo de R\$ 800.000,00, a ser pago em quatro prestações mensais, de acordo com o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), a juros efetivos de 5% ao mês. Considere-se que esse financiamento previa uma carência de três meses, ou seja, a primeira prestação foi paga em maio de 2015. Considere-se, ainda, que os juros são capitalizados e incorporados ao principal. Fazendo-se aproximações convenientes, tem-se que o valor de cada uma das quatro prestações é de:
- (A) R\$ 248.734,44
 - (B) R\$ 321.452,21
 - (C) R\$ 468.214,36
 - (D) R\$ 518.457,54

56. Seguem as informações de elasticidade-preço da demanda de dois produtos diferentes:

	Elasticidade-preço (valor absoluto)	Vendedores
Bem X	1,6	Joaquim
Bem Y	1,4	Joana

Estas informações permitem concluir que uma elevação de preço de ambos os bens determinará:

- (A) uma redução da quantidade demandada de Y proporcionalmente menor que a elevação do seu preço
 (B) um comportamento inelástico da demanda para ambos os bens
 (C) uma elevação da receita maior de um dos vendedores
 (D) uma redução da receita de ambos os vendedores
57. É compatível com um deslocamento para a esquerda da curva de demanda de um determinado bem, o aumento:
- (A) dos preços dos insumos necessários para se produzir o bem
 (B) do preço dos bens complementares a este bem
 (C) da preferência do consumidor induzida pela propaganda
 (D) do preço do próprio bem

58. A função custo médio de um fazendeiro é $c(q) = \frac{q^2}{20} + q$, na qual q representa a quantidade. Pode-se, portanto, afirmar que:
- (A) o custo médio de produzir 20 unidades é de 1 unidade monetária
 (B) o custo fixo de produzir é q
 (C) o custo fixo de produzir é zero
 (D) o custo marginal é constante

59. Em uma economia hipotética que produz apenas dois bens, têm-se os seguintes dados:

Ano	Quantidade do Bem X	Preço de X (em R\$)	Quantidade do Bem Y	Preço de Y (em R\$)
2012	200	2,00	100	3,00
2013	250	3,00	150	4,00
2014	300	6,00	200	6,00

Pode-se afirmar que o deflator do PIB de 2014 (Ano-Base de 2012) é:

- (A) 250
 (B) 100
 (C) 150
 (D) 200

60. Um instrumento importante da política fiscal é o nível de tributação. Quando o governo aumenta os impostos, ele diminui a renda disponível das famílias. Considere-se que as famílias poupam parte desta renda perdida, mas também gastam parte em bens de consumo. Como o aumento dos impostos diminui a despesa dos consumidores, ocorre um deslocamento da curva de demanda agregada para a esquerda. A magnitude desse deslocamento da demanda agregada, como se sabe, depende do efeito multiplicador. Considerando-se uma propensão marginal a consumir de 60%, o efeito multiplicador de uma unidade a menos de consumo sobre o produto nacional é:

- (A) 2,5
 (B) 0,4
 (C) 0,6
 (D) 1,0

RASCUNHO

RASCUNHO